



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 3329, de 2017

Do Sr. Deputado MOISÉS DINIZ
ao
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º **3329** DE 2017
(Do Sr. Moisés Diniz)

"Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, acerca das possíveis tratativas que vem sendo realizadas pelo Governo Federal para a venda da Usina de Tucuruí no Estado do Pará".

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia – **Fernando Coelho Filho**, acerca das eventuais tratativas existentes no Governo Federal para a realização do leilão da Usina de Tucuruí, no Estado do Pará, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) A Usina de Tucuruí está inserida no bojo dos empreendimentos definidos no PPI, como passíveis de desestatização? Há previsão de inclusão no PPI? Quando?
- b) Há estudos desenvolvidos pelo Governo Federal, no âmbito das pastas ministeriais destacadas, com vistas ao Leilão/Alienação da Usina de Tucuruí, no Estado do Pará? Disponibilizar os estudos.
- c) O leilão da Usina de Tucuruí ocorreria antes da aprovação do fim do regime de cotas proposto pela Consulta Pública MME 33/2017?
- d) No modelo desenhado de leilão da Usina Tucuruí, como ficam os diversos programas e planos de compensação socioambiental existentes na região que hoje são coordenados pela Eletronorte?
- e) Qual a previsão de arrecadação com o leilão da Usina Tucuruí? E desse montante, qual a porcentagem ficaria para a União?



* C D 1 7 3 0 3 6 1 2 0 0 2 0 *



Justificação

Há 42 anos tinha início, no Rio Tocantins, a construção da Usina Hidrelétrica Tucuruí, localizada no sudeste do Estado do Pará. É a maior obra de engenharia já realizada na Amazônia, com capacidade de 8.370 MW, beneficiando cerca de 40 milhões de brasileiros. Seu contrato de concessão se encerra em 2024.

A UHE Tucuruí pertence a Eletronorte, subsidiária da Eletrobras, que desenvolve importantes programas junto às comunidades da área de influência da Usina, cujas ações são definidas por um conselho gestor do qual participam instituições de ensino e pesquisa, governos municipal, estadual e federal, movimentos sociais e a Eletrobras.

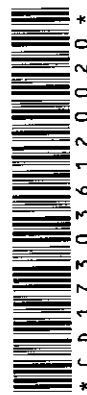
Por meio desses programas, a Eletronorte vai investir, em 20 anos, R\$ 360 milhões em projetos de saúde pública, educação, meio ambiente, desenvolvimento urbano e agricultura familiar.

Nas últimas semanas tem circulado na imprensa notícias que o governo pretende leiloar a concessão da Usina de Tucuruí com previsão de arrecadar entre R\$ 12 bilhões e R\$ 15 bilhões, como garantia para fechar as contas públicas em 2018, cuja previsão é de um rombo de R\$ 159 bilhões.

06 DEZ. 2017

Sala das Sessões, em 6 de dezembro de 2017.

Deputado Federal – PCdoB-AC



CD173036120020



CÂMARA DOS DEPUTADOS

07/12/2017
13:52

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo relator da seguinte proposição o senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente.

RIC 3.329/2017 - do Sr. Moisés Diniz - que "Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, acerca das possíveis tratativas que vem sendo realizadas pelo Governo Federal para a venda da Usina de Tucuruí no Estado do Pará "



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 3329/2017

Autor: Deputado Moisés Diniz

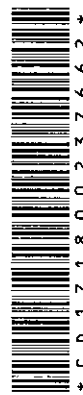
Destinatário: Ministro de Estado de Minas e Energia

Assunto: Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, acerca das possíveis tratativas que vem sendo realizadas pelo Governo Federal para a venda da Usina de Tucuruí no Estado do Pará

Despacho: O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, em de de 2017


Fábio Ramalho
Primeiro-Vice-Presidente





Câmara dos Deputados

RIC 3.329/2017

Autor: Moisés Diniz

**Data da
Apresentação:** 06/12/2017

Ementa: Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, acerca das possíveis tratativas que vem sendo realizadas pelo Governo Federal para a venda da Usina de Tucuruí no Estado do Pará

**Forma de
Apreciação:** .

**Texto
Despacho:** Aprovação pelo Presidente, Dep. Rodrigo Maia, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

**Regime de
tramitação:** .

Em 29/12/2017


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados



ABD59DC928

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1811 /18

Brasília, 31 de janeiro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
FERNANDO COELHO FILHO
Ministro de Estado de Minas e Energia

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,

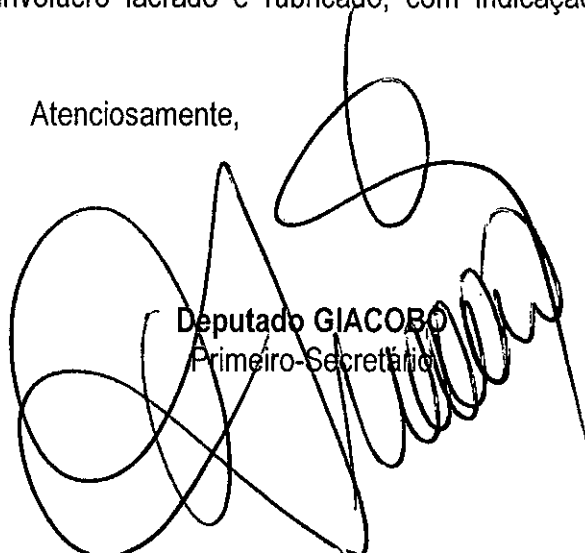
RECEBI NESTA DATA A PRESENTE DOCUMENTAÇÃO.
EM 08 02 2018
Nome por extenso e legível: Ferreira
245861
Ponto:

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 3329/2017	Moisés Diniz

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,


Deputado GIACOBINO
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Aviso nº 42/2018-GM/MME

Brasília, 19 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **FERNANDO LÚCIO GIACOB**
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: **Requerimento de Informação nº 3329/2017.**

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em <u>20/03/18</u>	às <u>10</u> h <u>55</u>
<u>Diego</u> Servidor	<u>702 042</u> Ponto
<u>Fernando Coelho Filho</u> Portador	

Senhor Primeiro Secretário,

1. Faço referência ao Ofício 1ªSec/RI/E nº 1811/18, de 31 de janeiro de 2018, da Câmara dos Deputados, por meio do qual Vossa Senhoria encaminha o Requerimento de Informação nº 3329/2017, de autoria do Deputado Moisés Diniz (PCdoB-AC), que solicita informações "...acerca das possíveis tratativas que vem sendo realizadas pelo Governo Federal para a venda da Usina de Tucuruí no Estado do Pará".

2. A esse respeito, encaminho a anexa Nota Informativa 2/2018, de 16 de março de 2018, da Assessoria Especial de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais deste Ministério, contendo informações sobre o assunto.

Atenciosamente,

FERNANDO COELHO FILHO
Ministro de Estado de Minas e Energia



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Bezerra de Souza Coelho Filho, Ministro de Estado de Minas e Energia**, em 19/03/2018, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0146768** e o código CRC **A54EB8EB**.

Referência: Processo nº 48300.000325/2018-71

SEI nº 0146768

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1811 /18

Brasília, 31 de janeiro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
FERNANDO COELHO FILHO
Ministro de Estado de Minas e Energia

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 3329/2017	Moisés Diniz

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,


Deputado GIACOBINO
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR

MME - GM
Recebido: 8/2/18
Horas: 11:40



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tel. (61) 3215-5421 e 3215-3421
E-mail: dep.moisesdiniz@camara.leg.br

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 3329 DE 2017
(Do Sr. Moisés Diniz)

"Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, acerca das possíveis tratativas que vem sendo realizadas pelo Governo Federal para a venda da Usina de Tucuruí no Estado do Pará".

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia – **Fernando Coelho Filho**, acerca das eventuais tratativas existentes no Governo Federal para a realização do leilão da Usina de Tucuruí, no Estado do Pará, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) A Usina de Tucuruí está inserida no bojo dos empreendimentos definidos no PPI, como passíveis de desestatização? Há previsão de inclusão no PPI? Quando?
- b) Há estudos desenvolvidos pelo Governo Federal, no âmbito das pastas ministeriais destacadas, com vistas ao Leilão/Alienação da Usina de Tucuruí, no Estado do Pará? Disponibilizar os estudos.
- c) O leilão da Usina de Tucuruí ocorreria antes da aprovação do fim do regime de cotas proposto pela Consulta Pública MME 33/2017?
- d) No modelo desenhado de leilão da Usina Tucuruí, como ficam os diversos programas e planos de compensação socioambiental existentes na região que hoje são coordenados pela Eletronorte?
- e) Qual a previsão de arrecadação com o leilão da Usina Tucuruí? E desse montante, qual a porcentagem ficaria para a União?



* CD 173036120020 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tel. (61) 3215-5421 e 3215-3421

E-mail: dep.moisesdiniz@camara.leg.br

Justificação

Há 42 anos tinha início, no Rio Tocantins, a construção da Usina Hidrelétrica Tucuruí, localizada no sudeste do Estado do Pará. É a maior obra de engenharia já realizada na Amazônia, com capacidade de 8.370 MW, beneficiando cerca de 40 milhões de brasileiros. Seu contrato de concessão se encerra em 2024.

A UHE Tucuruí pertence a Eletronorte, subsidiária da Eletrobras, que desenvolve importantes programas junto às comunidades da área de influência da Usina, cujas ações são definidas por um conselho gestor do qual participam instituições de ensino e pesquisa, governos municipal, estadual e federal, movimentos sociais e a Eletrobras.

Por meio desses programas, a Eletronorte vai investir, em 20 anos, R\$ 360 milhões em projetos de saúde pública, educação, meio ambiente, desenvolvimento urbano e agricultura familiar.

Nas últimas semanas tem circulado na imprensa notícias que o governo pretende leiloar a concessão da Usina de Tucuruí com previsão de arrecadar entre R\$ 12 bilhões e R\$ 15 bilhões, como garantia para fechar as contas públicas em 2018, cuja previsão é de um rombo de R\$ 159 bilhões.

06 DEZ. 2017

Sala das Sessões, em 6 de dezembro de 2017.


MOISÉS DINIZ

Deputado Federal – PCdoB-AC





CÂMARA DOS DEPUTADOS

07/12/2017
13:52

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo relator da seguinte proposição o senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente.

RIC 3.329/2017 - do Sr. Moisés Diniz - que "Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, acerca das possíveis tratativas que vem sendo realizadas pelo Governo Federal para a venda da Usina de Tucuruí no Estado do Pará "



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA PRIMEIRA-VICE-PRESIDÊNCIA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 3329/2017

Autor: Deputado Moisés Diniz

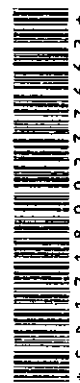
Destinatário: Ministro de Estado de Minas e Energia

Assunto: Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, acerca das possíveis tratativas que vem sendo realizadas pelo Governo Federal para a venda da Usina de Tucuruí no Estado do Pará

Despacho: O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, em de de 2017


Fábio Ramalho
Primeiro-Vice-Presidente



CD171800237662



Câmara dos Deputados

RIC 3.329/2017

Autor: Moisés Diniz

**Data da
Apresentação:** 06/12/2017

Ementa: Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, acerca das possíveis tratativas que vem sendo realizadas pelo Governo Federal para a venda da Usina de Tucuruí no Estado do Pará

**Forma de
Apreciação:**

**Texto
Despacho:** Aprovação pelo Presidente, Dep. Rodrigo Maia, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

**Regime de
tramitação:**

Em 29/12/2017

RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados



ABD59DC928

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
ASSESSORIA ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS E
DESEMPENHO SETORIAIS

NOTA INFORMATIVA Nº 2/2018/AEPED

1. **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A presente nota apresenta informações para subsidiar a resposta deste Ministério ao Requerimento de Informação n. 3.329/2017, do Sr. Deputado Moisés Diniz, sobre o projeto de desestatização da Eletrobras.

2. **INFORMAÇÕES**

2. Em seu requerimento, o parlamentar apresenta cinco questões, todas diretamente relacionadas aos efeitos da privatização da UHE Tucuruí, que hoje encontra-se concedida à Eletronorte, empresa subsidiária da Eletrobras.

3. Antes de passar à análise específica de cada questão, faz-se necessário esclarecer que a proposta de desestatização da Eletrobras, materializada no Projeto de Lei nº 9.463/2018, não propõe a privatização isolada de usinas específicas, nem mesmo de empresas do grupo Eletrobras separadamente.

4. O Projeto de Lei nº 9.463/2018 estabelece que a Eletrobras, que é a controladora de um conjunto de companhias, dentre elas a Eletronorte, seja desestatizada pela modalidade prevista no Art. 4º, III, da Lei 9.491/1997, qual seja o aumento de capital, com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição. Dessa forma, caso venha a ser sancionado o PL 9.463/2018 nos termos em que foi encaminhado ao Congresso Nacional, temos que a Eletrobras poderá deixar de ser uma empresa estatal pelo aumento da participação de capital privado em sua composição acionária. Com isso, as empresas por ela controladas, inclusive a Eletrobras, tornar-se-ão, também, empresas sob gestão privada.

5. Prestados tais esclarecimentos, passa-se à resposta das questões formuladas pelo Sr. Deputado Moisés Diniz:

A. A Usina de Tucuruí está inserida no bojo dos empreendimentos definidos no PPI, como passíveis de desestatização? Há previsão de inclusão no PPI? Quando?

A UHE Tucuruí não está inserida no bojo de empreendimentos definidos no PPI. Já a proposta de desestatização da Eletrobras está prevista na Resolução PPI nº 13/2017.

B. Há estudos desenvolvidos pelo Governo Federal, no âmbito das pastas ministeriais destacadas, com vistas ao Leilão/Alienação da Usina de Tucuruí; no Estado do Pará? Disponibilizar os estudos,

Não há qualquer estudo específico sobre a eventual de alienação da UHE Tucuruí no âmbito deste Ministério.

C. O leilão da Usina de Tucuruí ocorreria antes da aprovação do fim do regime de cotas proposto pela Consulta Pública MME 33/2017?

A UHE Tucuruí está concedida à Eletronorte nos termos do contrato de concessão até o dia 11/07/2024. O mesmo contrato traz a previsão de renovação da concessão, nos termos da legislação vigente e sob as condições que especifica, por até vinte anos. Não é possível, portanto, prever em que condições a Usina deverá ser concedida no término do contrato vigente.

D. No modelo desenhado de leilão da Usina Tucuruí, como ficam os diversos programas e planos de compensação socioambiental existentes na região que hoje são coordenados pela Eletronorte?

Não há, no presente momento, modelo em estudo para leilão da UHE Tucuruí, haja vista que ainda restam mais de seis anos para o fim do prazo de sua concessão à Eletronorte.

E. Qual a previsão de arrecadação com o leilão da Usina Tucuruí? E desse montante, qual a porcentagem ficaria para a União?

Não há, no presente momento, previsão de arrecadação com eventual leilão da UHE Tucuruí, nem de distribuição de tais recursos, haja vista que ainda restam mais de seis anos para o fim do prazo de sua concessão à Eletronorte.

6. Diante do exposto, sugiro o encaminhamento desta Nota Informativa à Secretaria Executiva.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Moura de Araujo Faria, Chefe da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais**, em 16/03/2018, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0146100** e o código CRC **73832126**.

Referência: Processo nº 48300.000325/2018-71

SEI nº 0146100



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRIMEIRA-SECRETARIA

Ofício 1ªSec/RI/1/nº 1934 /18

Brasília, 20 de março de 2018.

Exmo. Senhor Deputado
MOISÉS DINIZ
Gabinete 421 – Anexo 4

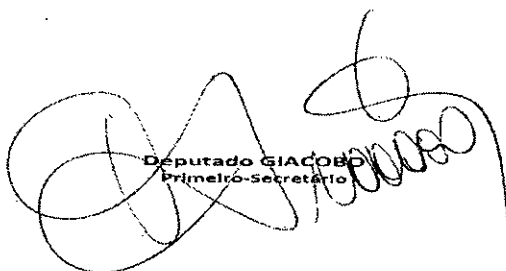
Assunto: **resposta a Requerimento de Informação**

Senhor Deputado,

RECEBI NESTA DATA A PRESENTE DOCUMENTAÇÃO.
EM 21 / 03 / 18
Nome por extenso e legível: Hernando
by
Ponto: 120215

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Ofício nº 42/2018-GM/MME, de 19 março de 2018, do Ministério de Minas e Energia, em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3.329/2017**, de sua autoria.

Atenciosamente,


Deputado JACOBO
Primeiro-Secretário

